

Educação Infantil no município de Maringá (1960-1970): aspectos históricos

FELIX, Leiliane Aparecida Alcantara – UEM

CHAVES, Marta – UEM

SILVA, Aline Aparecida – UEM

STEIN, Vinícius – UEM

Introdução

A presente elaboração visa apresentar questões afetas a Educação Infantil no município de Maringá nas décadas de 1960 e 1970. Entendemos que o estudo da história destas instituições possibilita uma análise fundamentada de questões que se apresentam na atualidade.

Postulamos que nada acontece alheio ao movimento da História, isto é, apartado das lutas travadas para a produção da vida. Esse entendimento nos foi dado por meio dos estudos realizados acerca da Ciência da História. Nesta lógica, não se pode compreender elementos afetos à educação de um determinado período ou lugar, sem antes conhecer os aspectos políticos, econômicos e históricos vigentes deste. Em nossa análise, a história da Educação Infantil maringaense não pode ser compreendida de fato, sem antes considerar os acontecimentos de ordem mundial, nacional e estadual.

Para tanto, inicialmente apresentamos aspectos históricos da Educação Infantil no cenário mundial, nacional e paranaense; em seguida nos ocupamos em apresentar dados referentes à Educação Infantil maringaense, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. E por fim tecemos as considerações finais proporcionadas por este estudo.

Aspectos históricos da Educação Infantil mundial

No que concerne às instituições de Educação Infantil, a literatura apresenta como característica primordial o caráter assistencialista, que teve a origem desde sua institucionalização no século XVIII na Europa, e ainda se apresenta nos dias atuais. Antes do século XVII não se havia estabelecido o conceito de infância nem a preocupação em se educar as crianças, ela era mantida em estreito contato com a prática dos adultos.

No século XVIII, com a Revolução Burguesa, instaura-se a necessidade da elaboração de novos métodos educacionais para se atender a nova ordem social. Com a mudança do sistema social, que deixava de ser feudal e passava a ser capitalista, a família como instituição social teve a necessidade de se reorganizar. As famílias deixavam de se organizar em volta do meio agrário e passavam a trabalhar nas fábricas. Só conseguiriam meios de subsistência se vendessem sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. (BRAVERMAN, 1981)

Acerca dessa temática, Braverman (1981) afirma que quando um novo sistema social se estabelece, as condições de vida anteriores são destruídas. Quando a sociedade capitalista se afirma como a nova organização social vigente, as práticas de autoabastecimento das famílias não mais atendem as necessidades de sobrevivência dos mesmos. A instituição familiar tende a se reorganizar de acordo com as novas exigências do meio em que vivem, integrando-se ao trabalho fabril. Nesse contexto, desenvolve-se uma nova preocupação: como adequar os filhos pequenos, que ainda não se configuram como força de trabalho, a essa nova realidade?

Para a lógica capitalista de produção, as mulheres tornam-se a mão de obra adequada para as fábricas europeias, por se constituírem como uma mão de obra barata. Sendo assim, as mulheres da classe trabalhadora eram destinadas ao trabalho, sobretudo ao fabril, enquanto as abastadas financeiramente se dedicavam ao lar e aos filhos. Cabe ressaltar que nesse período as mulheres, mesmo as que possuíam algum bem, eram afastadas dos bancos escolares. Com isso, muda-se o

modo de cuidar das crianças, que antes era de responsabilidade exclusiva das mães. Paschoal e Machado (2010, p. 3) alegam que:

O nascimento da indústria alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Com a atuação das mulheres no mercado de trabalho, as crianças, sobretudo as com poucos anos, precisam estar sob o cuidado de alguém durante o período em que suas mães estão nas fábricas. Essa necessidade não foi atendida imediatamente, o que ocasionou na mortes de crianças, dada a vulnerabilidade das mesmas com a falta dos cuidados maternos ou familiares.

Com isso foram institucionalizadas as primeiras creches com o intuito de abrigar as crianças enquanto suas mães estavam nas fábricas, em resposta ao novo sistema social que alterou a organização familiar. Podemos dizer que a instituição das creches está intimamente relacionada com o desenvolvimento da sociedade capitalista, pois se tornou necessário atender as crianças dos primeiros meses aos seis anos, filhos de mães e pais operários que trabalhavam nas fábricas.

Esses lugares na Europa do século XVIII e XIX eram chamados de “Asilos”. As crianças recebiam abrigo e alimentação enquanto seus pais estavam trabalhando. Também recebiam crianças abandonadas, que estavam nas ruas morrendo de fome e frio.

A preocupação das famílias pobres era sobreviver, sendo assim, os maus-tratos e o desprezo pelas crianças tornaram aceitos como regra e costume pela sociedade. As mazelas contra a infância se tornaram comuns, que por filantropia, algumas pessoas resolveram tomar para si tarefa de acolher as crianças desvalidas que se encontravam nas ruas. A sociedade aplaudiu, uma vez que todos queriam ver as ruas limpas do estorvo e sujeira provocados pelas crianças abandonadas. (PASCHOAL E MACHADO, 2010, p.3).

É possível perceber que a Educação Infantil se desenvolveu intimamente relacionada com a instituição do novo sistema social, o Capitalismo. Tendo como

objetivo, oferecer assistência aos filhos das classes trabalhadoras, para que estes pudessem desenvolver suas atividades fabris.

No Brasil as primeiras tentativas de se institucionalizar um sistema educacional voltado às crianças pequenas se iniciaram no século XIX. Discorreremos acerca disto no próximo item.

Aspectos históricos da Educação Infantil nacional

Em meados do século XIX, as creches no Brasil foram instituídas e eram marcadas pelo caráter assistencialista, com o objetivo de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e viúvas sem apoio.

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar (PASCHOAL e MACHADO, 2010).

No século XIX, com o fim da escravidão no Brasil, o índice de mortalidade infantil era alarmante. Algumas medidas foram tomadas, como o trabalho feito pelas casas de misericórdia, que recebiam as crianças abandonadas por meio da roda dos expostos. Creches também foram fundadas para atender as crianças pobres, em sua minoria pelo poder público, e na maioria por entidades filantrópicas. (KUHLMANN Jr., 2000).

Outros fatores decisivos para a instituição das creches no Brasil foram o início da industrialização no país, a chegada de imigrantes vindos da Europa e o início do trabalho feminino. Com isso, o movimento operário ganhou forças e a reivindicação por um lugar para deixar os filhos era grande. As conquistas alcançadas foram resultados de luta e conflitos.

Já no século XX, com o aumento da industrialização, a mulher da classe média também ingressa no mercado de trabalho. Crescem as reivindicações de que as creches atendam, não só os filhos dos pobres, mas também os filhos da classe

média. Esse movimento proporcionou o aumento no número de instituições de Educação Infantil no país. Kuhlmann Jr. (2000, p.8) afirma que:

Depois, do período da República, criam-se as primeiras instituições, chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídos por várias capitais e algumas cidades do país. Muitas instituições mantenedoras de creches conviveram com profissionais da área educacional e, desde essa época, incorporam o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em jardins de infância ou escolas maternais.

Data da década de 1940 a institucionalização dos primeiros jardins de infância em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Anterior a isso, na década de 1930, em Teresina no Piauí, é inaugurado o primeiro jardim de infância oficial. Nessa mesma década no Rio de Janeiro foram instituídos os parques infantis fundados pelo poeta Mário de Andrade.

Fazendo um salto histórico, na década de 1970 o discurso recorrente, era de que a criança devia compensar na creche suas condições precárias de vida em casa. Enquanto instituições públicas atendiam as crianças da camada popular em período integral com um currículo que exaltava sua carência. As de origem particular atendiam as crianças abastadas em meio período, proporcionando que elas desenvolvessem suas capacidades e preparando-as para o ensino regular.

Dava-se início as primeiras medidas legais que propunham oferecer educação pré-escolar para todas as crianças, independentemente de sua situação financeira. Antes da década de 1970, em medidas legais, pouco se tinha feito a esse respeito. Porém, na década de 1980, alguns setores da sociedade se organizaram para reivindicar educação de qualidade para as crianças desde o seu nascimento.

Em 1988 o direito da criança à Educação Infantil foi de fato reconhecido por lei. Contando-se quase um século depois da fundação das primeiras instituições que atendiam às crianças em idade pré-escolar. Fica instituído na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

No ano de 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Infantil foi destaque nacional, pois passou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica oferecida pelo Brasil. Conforme o texto legal a Educação Infantil tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança de até seis anos (BRASIL, 1996). O artigo 62 da LDB (9.394/96) afirma que o profissional para atuar na Educação Infantil deve ter formação mínima em nível médio – magistério –, porém, preferencialmente em nível superior. O que rompia na lei, com a prática vigente, é a concepção de que para a Educação Infantil a formação específica não era necessária, sendo apenas suficiente nutrir amor às crianças e ser dotado de vocação.

Dando continuidade, apresentaremos aspectos referentes à Educação Infantil no estado do Paraná.

Aspectos históricos da Educação Infantil paranaense

O Paraná é considerado pioneiro na história da Educação Infantil, pois no Estado foi fundado o primeiro jardim de infância particular, não oficial do Brasil, chamado “Jardim-Escola”. Este seguia os pressupostos da pedagogia de Froebel e foi idealizado por Emília Erichsen no município de Castro em 1862. (PASCHOAL, 2010).

No início do século XX, o então presidente do Paraná, Vicente Machado, após realizar visitas a outros estados e países, apresenta grande interesse em inaugurar jardins de infâncias, como o que viu em suas viagens pela Europa, pois estava impressionado com o que vira, e tinha a intenção de implantar no estado uma instituição de assistência às crianças. Desta forma, no dia 02 do mês de fevereiro de 1906, foi inaugurada, em Curitiba, a capital do Paraná, a Escola Jardim de Infância, que posteriormente viria a ser denominada Maria Miranda. (PASCHOAL, 2012).

De acordo com Paschoal (2012), no ano de 1911 foi inaugurado no Paraná, na cidade de Curitiba, um segundo Jardim de Infância, o qual foi nomeado de Emília Ericksen. Este estabelecimento foi criado devido ao discurso corrente no Estado no

momento, sobretudo por meio da imprensa que dava destaque à Educação Infantil como etapa importante para o desenvolvimento do indivíduo. (PASCHOAL, 2012, p. 7).

No Paraná, ao contrário de outros estados brasileiros, a primeira tentativa de institucionalização da escola para as crianças em idade pré-escolar esteve fortemente relacionada a fatores pedagógicos, que consideravam as especificidades do modo de aprender infantil, e não apenas o caráter assistencial que, por vezes, essa instância de ensino assumiu e ainda assume.

Machado e Paschoal (2008) afirmam que apesar do aumento do acesso nos primeiros 50 anos do século XX das crianças paranaenses à Educação Infantil, em termos legais pouco se fez para garantir o acesso de todas as camadas populacionais a esse nível de ensino. “Na realidade, do ponto de vista da história, a educação de crianças pequenas, esteve à margem do sistema educacional brasileiro, pois até meados dos anos oitenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino.” (PASCHOAL e MACHADO, 2008, p. 6).

A década de 1980 se traduz como um marco para Educação Infantil, pois no texto legal da Constituição Federal de 1988, segundo Paschoal e Machado (2008), pela primeira vez na história no Brasil, a criança dos primeiros meses aos seis anos passa a ser vista como sujeito do processo educativo federal. No período compreendido entre a década de 1980 até a atualidade, em termos legais, houve avanços que em tese garantiriam o direito da criança em idade pré-escolar de estar na escola.

Apesar das medidas legais, isso não foi garantia de que todas as crianças em idade pré-escolar estariam na escola. A realidade da falta de acesso garantido perdura até os dias atuais, revelando o descaso com que a Educação Infantil é tratada em nosso país.

Trataremos a seguir dos aspectos históricos referentes à Educação Infantil maringaense, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970.

Aspectos históricos da Educação Infantil no Município de Maringá (1960-1970)

Maringá foi fundada pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná em 1947, e emancipada politicamente em 1951, planejada para ser cidade polo. A população maringaense, nos na fundação, cresceu grande parte influenciada pela cultura cafeeira, tanto na zona rural, quanto na urbana, até meados da década de 1960.

Morelli (2010) afirma que na década de 1960 houve grandes movimentos para a substituição do café por uma planta mais produtiva. As geadas contribuíram para o declínio da produção cafeeira do município, que aos poucos foi substituída pela soja. Com essa mudança na produção agrária, mudou-se também a forma de trabalho. Antes as famílias moravam nas fazendas e eram responsáveis pelo cultivo do café, o que demorava em torno de quatro anos. Com a mudança da cultura, de produção mais veloz, essas famílias migraram para a cidade para manterem sua subsistência por meio do trabalho volante, seriam os futuros boias-frias. Com esse fato a população urbana cresceu consideravelmente, frente ao declínio da população rural. (MORELLI, 2010)

A fundação da primeira escola em Maringá data de 1947. Era uma casa pequena de madeira, possuía 18 carteiras feitas artesanalmente e tinha como professora Dirce Aguiar, que havia acabado de se formar na cidade de Curitiba. A professora chegou à Maringá para visitar seus familiares, porém permaneceu na cidade, após a proposta de Napoleão Moreira Silva, comerciante na cidade, de construção de uma escola, que se efetivou devido a recursos dos próprios pioneiros e do apoio da Companhia Melhoramentos. (SANCHES, 2006).

Em 1967 a população da cidade de Maringá, que incluía os moradores dos distritos que na época pertenciam à cidade, somava 150 mil habitantes. Depoimentos mostram que muitas crianças maringaenses na década de 1960 e 1970 deixavam de estudar em função do trabalho e foram proibidas de continuar os estudos para realizar pequenas tarefas para ajudar os pais. (MORELLI, 2010)

Apesar do discurso nacional de apoio e garantia do acesso das crianças as escolas, isso ainda estava bem distante da realidade. Em Maringá, nas primeiras décadas de sua fundação, havia a preocupação em se ampliar as escolas rurais e oferecer educação aos filhos dos primeiros moradores da cidade. (MORELLI, 2010)

A fundação do primeiro colégio que oferecia Educação Infantil data em 17 de dezembro de 1952. Este foi fruto de iniciativa privada, o qual foi dado o nome de Colégio Santa Cruz pela Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna. (HISTÓRICO, s.n.t)

A Congregação chegou a Maringá em 1951, incumbidas pelo bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud de fundar, na nova cidade, uma instituição educacional. A criação do Colégio Santa Cruz fazia parte do projeto de colonização que a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Em um terreno, doado pela Companhia, foram construídas seis salas de aula, sala da diretoria, sala de secretaria, banheiros e um galpão para recreio e lazer dos alunos; a construção era toda de madeira. (HISTÓRICO, s.n.t)

As aulas iniciaram no dia vinte de março de 1953, e contava com o número de 97 alunos sendo que trinta estavam matriculados na pré-escola e sessenta e sete no ensino primário. Relata-se que a procura de vagas, após a inauguração, era grande e muitos alunos oriundos de sítios e fazendas da região também queriam ingressar no colégio. A Congregação de irmãs realizou inúmeras campanhas para arrecadar fundos, com intuito de adquirir um transporte escolar para que os alunos da zona rural pudessem frequentar o colégio. Em 1956, isso foi possibilitado por meio da compra de uma jardineira. (HISTÓRICO, s.n.t)

Com o aumento da procura por vagas, o prédio de madeira já não comportava os alunos. Foi então que em 1958 no dia 22 de maio, a colégio mudou de endereço, passando para um prédio de alvenaria, no local que abrigam o Colégio atualmente.

De acordo com Lara (s.n.t) em seu artigo intitulado *A história da educação pré-escolar no município de Maringá – PR (1950-1980)*:

A educação pré-escolar do município figurava com grande representação das escolas particulares, que desde os anos 1950 (mais especificamente 1953) trabalhou com esse nível educacional. Até o final dos anos 1960, vão surgindo escolas que atuam com educação pré-escolar. (LARA, s.n.t, p.7)

Conforme a autora, após a fundação do Colégio Santa Cruz, outros colégios, por meio da iniciativa privada foram instituídos em Maringá, oferecendo educação as crianças menores de seis anos. São elas: Adventista (1956), Santo Inácio (1957), Nossa Senhora da Glória (1958), São Francisco Xavier (1963), Regina Mundi (1967), Paraná (1967), Luz Amor (1969). De acordo com nossa pesquisa, essas foram às primeiras iniciativas realizadas na cidade de Maringá, no que concerne a educação de crianças menores de seis anos.

Seguindo a tendência nacional, as iniciativas educacionais desenvolvidas em Maringá, no que concerne a educação das crianças dos primeiros meses aos seis anos, seguiam a lógica compensatória. Lara (s.n.t) afirma que na década de 1970, na cidade de Maringá, o prefeito em exercício Adriano José Valente, entre os anos de 1968 a 1972, contribuiu para a ampliação do atendimento das crianças em idade pré-escolar. Em sua análise, coube ao prefeito "[...] aperfeiçoar o setor educacional, criando a infraestrutura necessária para a implantação da nova legislação e investindo na formação profissional e capacitação docente, entre outras iniciativas" (LARA, (s.n.t), p.11). Acerca das principais medidas tomadas pelo então prefeito de Maringá, Lara (s.n.t, p. 11) afirma:

Foi com o respaldo do prefeito Adriano José Valente que se implantou, em 1970, no município, uma proposta de trabalho modelo, nascida com a UPAPE – Unidade Polo de Ação da Pré-Escola. Futuramente esse ensino seria expandido aos bairros periféricos, através da USAPE – Unidade Satélite de Ação da Pré-Escola. Estas duas instituições, aliadas à escola-modelo "Maria da Luz Ribas Machado", seguiram uma linha didática pedagógica voltada para a preparação da criança pré-escolar, por meio do inter-relacionamento família – escola, preparando a criança para uma dimensão de ação comunitária. Para essas unidades escolares, a Secretaria de Educação e Cultura do Município dá total assistência no tocante à merenda escolar, aquisição de materiais técnicos, materiais de manutenção, etc.

A partir dessa iniciativa foi implantado no bairro maringaense Vila Operária a primeira Unidade Polo de Educação na Pré-escola, que atendia, inicialmente, 225 crianças em idade de quatro a seis anos. (LARA, s.n.t.)

Após a gestão de Adriano José Valente, assumiu o governo municipal Sílvio Magalhães Barros que se manteve no poder entre os anos 1972 e 1976. Este prefeito teve como uma das preocupações na área educacional, atender às comunidades rurais. Observa-se também, nesse período, o aumento significativo das escolas de educação pré-escolar, tanto no âmbito público, quanto privado. As propostas educacionais das escolas fundadas na década de 1970 variavam entre oferecer assistência e promover o processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se aqui que, em suma, as creches apresentavam caráter assistencialista, enquanto as pré-escolas demonstravam estar preocupadas com o caráter educacional. (LARA, 1992)

Considerações Finais

Objetivamos com este trabalho apresentar aspectos históricos iniciais acerca da Educação Infantil no município de Maringá no período compreendido entre 1960 e 1970. Para tanto, inicialmente apresentamos os aspectos históricos da Educação Infantil no contexto mundial, nacional e estadual.

Em nosso estudo, verificamos que as primeiras medidas de atendimento de crianças até os seis anos, na cidade de Maringá, eram de ordem privada e ligada ao clero local, que por meio de escolas confessionais, deu início ao atendimento dos filhos dos pioneiros. A maioria da população não possuía recursos para arcar com as despesas, afastando assim, as crianças maringaenses da década de 1960 dos bancos escolares.

Na década de 1970 o cenário começa a ser modificado, são fundadas as primeiras casas comerciais, fábricas e outros estabelecimentos industriais. As mulheres maringaenses ingressam no mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Sendo assim, urge a necessidade de um lugar onde as crianças pequenas possam ficar enquanto suas mães estão trabalhando. Com isso, são

fundadas as primeiras escolas de Educação Infantil de ordem pública. E mantêm-se as entidades relacionadas à caridade intuito de atender, sobretudo, as crianças carentes e em situação de risco.

Com estudos e reflexões iniciais reafirmamos a importância em se estudar a história da Educação, considerando seu contexto e com objetivo de realizar uma leitura crítica da realidade. Ao compreender a origem das instituições educativas maringenses podemos verificar que ainda hoje algumas problemáticas do período analisado não foram superadas, como por exemplo, o acesso das crianças e a falta de qualidade do ensino, que se apresenta em ações descontínuas e sem intencionalidade declarada com o ensino e a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

HISTÓRICO Colégio Santa Cruz. (s.n.t). Disponível em:
<http://www.colegiosantacruz.com.br/index.php/o-colegio/historico/17-historico>. Acesso em: 01 jun. 2012.

KUHLMAN Jr. Moysés. **Historias da educação infantil brasileira**. 2000. Disponível em:http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_03_moyses_kuhlmann_jr.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2012.

LARA, Ângela Mara de B. **Educação pré-escolar profanando o formal**: a formalização da educação pré-escolar de 4 a 6 anos, na cidade de Maringá. 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

_____. **A história da educação pré-escolar no Município de Maringá-PR (1950-1980)**. (sem notas tipográficas)

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. **A educação infantil no estado do Paraná**: a história como ponto de partida. 2010. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c037.pdf. Acesso em: 06 ago, 2012.

MORELLI, Aílton José. **Memórias de infância em Maringá**: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PASCHOAL, Jaqueline D. **Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

_____. **A educação infantil no Paraná**: o início da história. 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5369_2905.pdf. Acesso em 09 jun. 2012.

SANCHES, Antenor. **Maringá, outrora e agora**. Maringá: Bertoni, 2006.